

SEFA-PA

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PARÁ

**COMUM AOS CARGOS AUDITOR FISCAL
DE RECEITAS ESTADUAIS E FISCAL
DE RECEITAS ESTADUAIS**



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

**EDITAL N.º 01/2025-SEPLAD/SEFA
DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025**

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



Maxi
educa

SUMÁRIO



SEFA - PA

Comum aos cargos Auditor Fiscal de Receitas Estaduais e Fiscal de Receitas Estaduais

LÍNGUA PORTUGUESA

Ortografia oficial	1
Acentuação gráfica.....	2
Flexão nominal e verbal; Emprego de tempos e modos verbais; Vozes do verbo.....	5
Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.....	9
Concordância nominal e verbal	12
Regência nominal e verbal	15
Ocorrência de crase	18
Pontuação	19
Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas)	23
Intelecção de texto	38
Questões	43
Gabarito.....	56

MATEMÁTICA FINANCEIRA E ESTATÍSTICA

Matemática Financeira - Juros simples; Montante e juros; Taxa real e taxa efetiva; Taxas equivalentes; Capitais equivalentes; Juros compostos; Montante e juros; Taxas equivalentes; Capitais equivalentes; Capitalização contínua; Descontos: simples e composto; Desconto racional e desconto comercial; Amortizações; Sistema francês; Sistema de amortização constante; Sistema misto; Fluxo de caixa; Valor atual; Taxa interna de retorno	1
Estatística Descritiva – Gráficos, tabelas, medidas de posição e de variabilidade; Inferência estatística; Amostragem: amostras casuais e não casuais; Processos de amostragem, incluindo estimativas de parâmetros; Intervalos de confiança; Testes de hipóteses para médias e proporções; Correlação e Regressão	19
Probabilidades: conceito, axiomas e distribuições (binominal, normal, poisson, qui-quadrado)	37
Questões	53
Gabarito.....	60

SUMÁRIO

SUMÁRIO



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÉTICA

Administração Pública; Evolução da administração pública no Brasil (após 1930); Reformas Administrativas.....	1
Análise crítica aos modelos de gestão pública: patrimonialista, burocrático e gerencial.....	12
Conceitos de Eficiência, Eficácia e Efetividade aplicados à Administração Pública: avaliação e mensuração do desempenho governamental.....	16
Parceria entre governo e sociedade, ouvidorias, governança interna e externa	18
Controle e Desempenho.....	21
Transparência; Governabilidade, Governança e Accountability	25
Desconcentração e descentralização administrativa	34
Gestão Pública Empreendedora	34
Modernização da gestão contemporânea e modelo de gestão pública por resultados; Políticas públicas e monitoramento de resultados	43
Mensuração de desempenho: controles e indicadores de produtividade	53
Tendências de modernização e novos modelos de gestão da administração pública ..	59
Ética; Código de Ética Profissional SEFA (DECRETO Nº 4.104, DE 14 DE JUNHO DE 2000)	61
Questões	64
Gabarito.....	71

DIREITO CIVIL

A Lei: vigência no tempo e no espaço.....	1
Das pessoas: Pessoas naturais e jurídicas.....	3
Domicílio civil.....	31
Das diferentes classes de bens; Fatos e atos jurídicos; Validade e defeitos dos negócios jurídicos; Atos ilícitos.....	36
Direito das Coisas; Posse; Efeitos da posse; Propriedade; Direitos reais sobre coisas alheias	56
Teoria Geral das obrigações; Direito das obrigações; Modalidades das obrigações; As formas de extinção das obrigações; A inexecução das obrigações; Transmissão das Obrigações; Fontes das obrigações.....	83
Contratos, atos unilaterais e responsabilidade civil; Responsabilidade contratual e extracontratual; Teoria Geral dos contratos; Espécies de contratos; Contratos do Código Civil;	110

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Direito das Sucessões; Sucessão em geral; Sucessão legítima; Sucessão testamentária; Regimes de bens entre cônjuges; Inventário e partilha;	124
Preferências e privilégios creditórios;	147
Do direito de empresa; Empresário e sociedade; Sociedades anônimas (Lei n.º 6.404/76 e alterações); Estabelecimento; Do registro, nome empresarial, gerente, contadores, outros auxiliares e escrituração; Desconsideração da personalidade jurídica;	152
Estabelecimento; Do registro, nome empresarial, gerente, contadores, outros auxiliares e escrituração; Desconsideração da personalidade jurídica;	246
Teoria geral da falência; Caracterização do estado falimentar, efeitos da falência quanto aos bens do falido e aos direitos dos credores do falido, conceito de recuperação judicial e extrajudicial; Crimes falimentares Lei n.º 11.101/2005	254
Questões	300
Gabarito	308

DIREITO CONSTITUCIONAL (PARA AUDITOR FISCAL)

Conceitos de teoria do Estado	1
Princípios do Estado Democrático de Direito	5
Conceito de constituição; Tipos de constituição	9
Regras materialmente constitucionais e formalmente constitucionais	12
O Direito Constitucional e os demais ramos do direito	13
Poder constituinte originário e derivado	16
Controle de constitucionalidade; Controle judiciário difuso e concentrado; Ação declaratória de constitucionalidade; Ação direta de inconstitucionalidade	21
Constituição da República Federativa do Brasil: Princípios fundamentais	26
Direitos e Deveres individuais e coletivos; O habeas corpus; O mandado de segurança; O direito de petição; O mandado de injunção; A ação popular; A ação civil pública; O habeas data; Direitos sociais; Nacionalidade; Direitos políticos	28
Organização político-administrativa; O federalismo no Brasil; Repartição de receitas tributárias; Competências constitucionais: União, Estados, Distrito Federal e Municípios; Intervenção nos Estados e Municípios	44
Administração pública, disposições gerais e servidores públicos civis	58
Separação de poderes; Sistemas de governo; Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário; Ministério Público; Processo legislativo	68
Defesa do Estado e as instituições democráticas	120
Princípios gerais da atividade econômica e financeira	125
Sistema Tributário Nacional: Do Orçamento e Finanças Públicas	133

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Constituição do Estado do Pará: Fundamentos do Estado; Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário; Funções essenciais à justiça; Administração Pública; Servidores Públicos Cíveis	145
Tratados Internacionais de proteção dos direitos humanos: conceito, formação, extinção e efeitos jurídicos	184
Hierarquia, incorporação e impacto dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos no direito brasileiro	187
Questões	188
Gabarito	196

FLUÊNCIA DE DADOS (PARA AUDITOR FISCAL)

Gestão De Projetos; Metodologias Ágeis; Scrum, Modelagem Ágil, Scrumban, Kanban, Extreme Programming (XP), Lean e Guia de Prática Ágil do PMI	1
Pipeline De Dados – Pipeline de Dados; Fundamentos, orquestração, integração, ETL	14
Business Intelligence (BI) – Business Intelligence; Processo de coleta, organização, análise e compartilhamento de informações	22
Ferramentas de criação de dashboards: Power BI; Elaboração de relatórios analíticos; Processo de descoberta de informações (coleta, transformação, análise, visualização, decisão); Indicadores e métricas (KPI – Key Performance Indicators, métricas financeiras e fiscais)	27
Linguagens De Programação Para Ciência De Dados - Linguagem Python	35
Análise De Dados Estruturados Utilizando Sql – Estruturas de dados, chaves primárias e estrangeiras (PK, FK), tipos de dados, relacionamento entre tabelas, joins, condicionais, agrupamento, sumarização, filtragem, manipulação de valores, textos e datas, subconsultas, identificação e tratamento de valores faltantes ou duplicados, produto cartesiano, comandos básicos de SQL (SELECT, FROM, WHERE, ORDER BY, GROUP BY, INSERT, UPDATE, DELETE, COUNT, SUM, AVG, MIN, MAX)	44
Análise De Dados Com Microsoft Excel – Análise e manipulação de dados com as funções SE, E, OU, SOMASES, CONT.SES, PROCV, PROCX, ÚNICO, SEERRO, funções de tratamento de texto e data, e outras funções básicas e avançadas e suas combinações; Identificação e tratamento de valores faltantes ou duplicados	56
BIG DATA: Arquitetura de Big Data	80
Inteligência Artificial – Inteligência artificial e aprendizado de máquina (IA/ML): Modelos preditivos (supervisionados) e descritivos (não supervisionados); Avaliação de modelos: overfitting, métricas (precisão, recall, F1-score, ROC)	90
Questões	98
Gabarito	103

SUMÁRIO

SUMÁRIO



FLUÊNCIA DE DADOS (PARA FISCAL DE RECEITAS)

Gestão De Projetos - Metodologias Ágeis; Scrum, Modelagem Ágil, Scrumban, Kanban, Extreme Programming (XP), Lean e Guia de Prática Ágil do PMI;.....	1
BUSINESS INTELLIGENCE (BI): Business Intelligence; Processo de coleta, organização, análise e compartilhamento de informações; Ferramentas de criação de dashboards: Power BI; Elaboração de relatórios analíticos; Processo de descoberta de informações (coleta, transformação, análise, visualização, decisão); Indicadores e métricas (KPI – Key Performance Indicators, métricas financeiras e fiscais)	1
Inteligência Artificial - Inteligência artificial e aprendizado de máquina (IA/ML): Modelos preditivos (supervisionados) e descritivos (não supervisionados); Avaliação de modelos: overfitting, métricas (precisão, recall, F1-score, ROC).....	1
Internet Das Coisas (IoT) - Conceitos fundamentais de IoT; Arquitetura e componentes de sistemas IoT (sensores, atuadores, gateways, nuvem); Segurança e privacidade em ambientes conectados; Aplicações de IoT em mobilidade urbana e monitoramento de frota	1
Processamento De Imagens E Reconhecimento Óptico De Caracteres (OCR) - Fundamentos de visão computacional; Técnicas de detecção e segmentação de objetos em imagens; OCR aplicado à leitura automática de placas veiculares (LPR/ANPR); Integração de OCR com bancos de dados e sistemas de monitoramento; Desafios em ambientes reais: iluminação, ângulo, ruído e variações de fonte	5
Análise De Rotas e Geoprocessamento - Conceitos de georreferenciamento e geocodificação; Análise de tráfego e tempo de deslocamento; Integração de dados de GPS com sistemas de monitoramento; Uso de APIs de mapas (Google Maps, OpenStreetMap, Mapbox)	8
Questões	12
Gabarito	18

DIREITO ADMINISTRATIVO

Administração Pública; Conceito; Estrutura legal dos Órgãos Públicos; Natureza e fins da administração	1
Agentes da Administração	6
Princípios básicos da Administração: legalidade, moralidade, impessoalidade, finalidade, publicidade, eficiência	24
Poderes e deveres do administrador público	31
Poderes Administrativos: poder vinculado e poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia.....	33
Atos Administrativos; Conceitos e requisitos; Classificação; Espécies; Validade; Formalidade; Motivação; Revogação; Anulação; Modificação; Extinção	43

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Contratos Administrativos; Alteração unilateral e bilateral; Equilíbrio financeiro; Cláusulas exorbitantes; Modalidades de contratos; Extinção, prorrogação e renovação; Inexecução; Revisão, rescisão e suspensão; Controle de Legalidade; Licitação (Lei nº 14.133/2021) - Finalidade, princípios e objeto da licitação	62
Serviços Públicos; Conceito; Classificação; Regulamentação e Controle; Requisitos do serviço e direitos do usuário; Competência para prestar o serviço; Formas e meios de prestação do serviço	185
Organização Administrativa: Administração direta e indireta; Agências executivas e reguladoras.....	203
Servidores públicos; Classificação e Regime Jurídico; Normas constitucionais sobre o regime jurídico dos servidores estaduais	209
Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará (Lei 5.810/1994 e alterações).....	214
Lei Orgânica da Administração Tributária do Estado do Pará (LC 78/2011)	255
Comparação entre o controle administrativo e judiciário.....	281
Princípios do Processo Administrativo	284
A responsabilidade civil do Estado	286
Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/11).....	294
Questões	306
Gabarito	315

DIREITO PENAL

Administração Pública; Conceito; Estrutura legal dos Órgãos Públicos; Natureza e fins da administração	1
Agentes da Administração	6
Princípios básicos da Administração: legalidade, moralidade, impessoalidade, finalidade, publicidade, eficiência	24
Poderes e deveres do administrador público	31
Poderes Administrativos: poder vinculado e poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia.....	33
Atos Administrativos; Conceitos e requisitos; Classificação; Espécies; Validade; Formalidade; Motivação; Revogação; Anulação; Modificação; Extinção	43
Contratos Administrativos; Alteração unilateral e bilateral; Equilíbrio financeiro; Cláusulas exorbitantes; Modalidades de contratos; Extinção, prorrogação e renovação; Inexecução; Revisão, rescisão e suspensão; Controle de Legalidade; Licitação (Lei nº 14.133/2021) - Finalidade, princípios e objeto da licitação	62

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Serviços Públicos; Conceito; Classificação; Regulamentação e Controle; Requisitos do serviço e direitos do usuário; Competência para prestar o serviço; Formas e meios de prestação do serviço	185
Organização Administrativa: Administração direta e indireta; Agências executivas e reguladoras.....	203
Servidores públicos; Classificação e Regime Jurídico; Normas constitucionais sobre o regime jurídico dos servidores estatais	209
Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará (Lei 5.810/1994 e alterações).....	214
Lei Orgânica da Administração Tributária do Estado do Pará (LC 78/2011)	255
Comparação entre o controle administrativo e judiciário.....	281
Princípios do Processo Administrativo	284
A responsabilidade civil do Estado	286
Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/11).....	294
Questões	306
Gabarito.....	315

SUMÁRIO



- **Mudanças no alfabeto:** O alfabeto tem 26 letras. Foram reintroduzidas as letras k, w e y.

O alfabeto completo é o seguinte: A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

- **Trema:** Não se usa mais o trema (¨), sinal colocado sobre a letra u para indicar que ela deve ser pronunciada nos grupos: gue, gui, que, qui.

Regras de acentuação:

Não se usa mais o acento dos ditongos abertos **éi** e **ói** das palavras paroxítonas (palavras que têm acento tônico na penúltima sílaba)

Como era	Como fica
alcatéia	alcateia
apóia	apoia
apóio	apoio

- **Atenção:** essa regra só vale para as paroxítonas. As oxítonas continuam com acento:
- **Ex.:** papéis, herói, heróis, troféu, troféus.
- Nas palavras paroxítonas, não se usa mais o acento no **i** e no **u** tônicos quando vierem depois de um ditongo.

Como era	Como fica
baiúca	baiuca
bocaiúva	bocaiuva

- **Atenção:** se a palavra for oxítona e o **i** ou o **u** estiverem em posição final (ou seguidos de **s**), o acento permanece. Exemplos: tuiuiú, tuiuiús, Piauí.

Não se usa mais o acento das palavras terminadas em êem e ôo(s).

Como era	Como fica
abenção	abençoo
crêem	creem

- Não se usa mais o acento que diferenciava os pares pára/para, péla(s)/ pela(s), pêlo(s)/pelo(s), pólo(s)/ polo(s) e pêra/pera.

Atenção:

Permanece o acento diferencial em pôde/pode;

Permanece o acento diferencial em pôr/por;

Permanecem os acentos que diferenciam o singular do plural dos verbos ter e vir, assim como de seus derivados (manter, deter, reter, conter, convir, intervir, advir etc.);

É facultativo o uso do acento circunflexo para diferenciar as palavras forma/fôrma.



► Taxas de juros

Índices fundamentais no estudo da matemática financeira, sendo incorporadas sempre ao capital. São elas:

▪ **Taxa efetiva:** são aquelas onde a taxa da unidade de tempo coincide com a unidade de tempo do período de capitalização(valorização). Exemplo: Uma taxa de 13% ao trimestre com capitalização trimestral.

Atenção: Quando no enunciado não estiver citando o período de capitalização, a mesma vai coincidir com unidade da taxa. Em outras palavras iremos trabalhar com taxa efetiva!!!

▪ **Taxa nominal:** são aquelas cujas unidade de tempo **NÃO** coincide com as unidades de tempo do período de capitalização.

Exemplo: _

1. (TJ/PE- ANALISTA JUDICIÁRIO-CONTADOR-FCC)

Uma taxa de juros nominal de 21% ao trimestre, com juros capitalizados mensalmente, apresenta uma taxa de juros efetiva, trimestral de, aproximadamente,

- (A) 21,7%.
- (B) 22,5%.
- (C) 24,8%.
- (D) 32,4%.
- (E) 33,7%.

Resolução:

21% a. t capitalizados mensalmente (taxa nominal), como um trimestre tem 3 meses, $21/3 = 7\%$ a.m(taxa efetiva).

im = taxa ao mês

it= taxa ao trimestre.

$(1+im)^3 = (1+it)$ à $(1+0,07)^3 = 1+it$ à $(1,07)^3 = 1+it$ à $1,225043 = 1+it$ à $it = 1,225043 - 1$ à $it = 0,225043 \times 100$ à $it = 22,5043\%$

Resposta: B

Atenção: Para resolução de questões com taxas nominais devemos primeiramente descobrir a taxa efetiva (multiplicando ou dividindo a taxa)

Importante: toda taxa nominal traz implícita uma taxa efetiva que deve ser calculada proporcionalmente.

▪ **Taxas proporcionais (regime de juros simples):** são taxas em unidade de tempo diferente que aplicadas sobre o mesmo capital ao mesmo período de tempo irão gerar o mesmo montante.



HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A trajetória da Administração Pública no Brasil pode ser compreendida como um longo processo de transição, marcado por tentativas periódicas de modernização do Estado, muitas vezes realizadas de maneira descontínua e em resposta a contextos sociais, políticos e econômicos diversos. Essa evolução pode ser agrupada em grandes fases históricas que revelam os esforços do país para superar práticas arcaicas de gestão e aproximar-se de modelos mais racionais, eficientes e democráticos.

Durante grande parte do século XX, o Brasil viveu sob um sistema administrativo predominantemente patrimonialista, no qual o aparelho estatal confundia-se com os interesses privados das elites dominantes. Nesse cenário, os cargos públicos eram distribuídos como favores pessoais, sem critérios de mérito ou impessoalidade. Essa estrutura favorecia o clientelismo, a corrupção e o nepotismo, dificultando qualquer tentativa de administração eficiente e universalista.

A proclamação da República, em 1889, alimentou expectativas de mudança na gestão pública. No entanto, o novo regime manteve a lógica oligárquica da política imperial. A Constituição de 1891 descentralizou o poder e fortaleceu as oligarquias regionais, dando origem à chamada política do “Café com Leite”, onde paulistas e mineiros se revezavam na presidência da República. Nesse período, o poder dos governadores aumentou, mas em muitas regiões do país os “coronéis” locais continuaram exercendo forte controle político e social, em um ambiente marcado pela instabilidade e pelo autoritarismo informal.

Nas primeiras décadas do século XX, com o crescimento urbano e o surgimento das primeiras indústrias nacionais, intensificaram-se as pressões por reformas administrativas. A burguesia industrial emergente e as crescentes demandas sociais passaram a exigir um Estado mais estruturado e eficiente. Esses fatores, somados à crise da política tradicional, contribuíram para o movimento que levou à Revolução de 1930 e à ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

Ainda na década de 1920, destacavam-se algumas necessidades cruciais para a reformulação do Estado brasileiro, entre as quais: a formação de grandes organizações produtivas, a ampliação da participação popular, o combate à corrupção e ao favoritismo político, e a construção de uma estrutura administrativa capaz de impulsionar o desenvolvimento nacional. Tais demandas evidenciavam a urgência de uma administração pública moderna e profissionalizada.

A Revolução de 1930 marca, portanto, um ponto de inflexão na evolução da Administração Pública brasileira. Com a ascensão de Vargas e a centralização do poder, o Brasil inicia uma transição mais clara do modelo patrimonialista para o burocrático, com foco na racionalização da máquina estatal. Essa mudança visava criar uma gestão pública mais impessoal, estruturada e orientada por normas, afastando-se da lógica da apropriação privada do Estado.

Contudo, esse processo de modernização da administração não se deu de forma contínua ou linear. Ao longo do século XX, o país experimentaria novos ciclos de reformas — ora burocráticas, ora gerenciais — sempre tensionadas por crises econômicas, mudanças de regime político e disputas ideológicas. Em síntese, a história da Administração Pública no Brasil é marcada por avanços e retrocessos, sempre impulsionados por contextos mais amplos e complexos da realidade nacional.

REFORMA BUROCRÁTICA E A CRIAÇÃO DO DASP

A Reforma Burocrática no Brasil foi impulsionada por um contexto de intensas transformações políticas, econômicas e sociais na década de 1930, período marcado pela ruptura com o modelo político das oligarquias estaduais e pela ascensão de Getúlio Vargas ao poder, por meio da Revolução de 1930. A nova configuração do Estado brasileiro, com forte centralização do poder e papel ativo na indução do desenvolvimento, exigia uma estrutura administrativa mais racional e eficiente.



EFICÁCIA DAS LEIS NO TEMPO E NO ESPAÇO

A eficácia das leis no tempo e no espaço refere-se ao alcance das normas jurídicas em relação a dois aspectos fundamentais: quando elas começam e deixam de produzir efeitos (eficácia no tempo) e onde elas se aplicam (eficácia no espaço). Esses conceitos são essenciais para garantir a segurança jurídica e a previsibilidade na aplicação das leis, prevenindo conflitos e assegurando que as normas sejam aplicadas corretamente dentro de seus limites temporais e territoriais.

► Eficácia das Leis no Tempo

A eficácia temporal das leis trata do momento em que uma norma entra em vigor, passa a produzir efeitos e quando ela deixa de ter validade. Essa questão é regida por normas específicas, com o objetivo de assegurar que os destinatários das leis sejam informados sobre sua existência e tenham tempo para se adequar às novas regras.

a) Início da Eficácia: Vacatio Legis

Conforme o art. 1º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), as leis entram em vigor na data estabelecida no próprio texto legislativo. Se não houver uma data específica, a lei entra em vigor após o prazo de 45 dias da sua publicação. Esse intervalo de tempo é chamado de vacatio legis, e seu objetivo é dar um período de adaptação para que os cidadãos e instituições possam se preparar para o cumprimento da nova norma.

Esse prazo é diferente quando a norma pretende ter aplicação em território estrangeiro, em que a vacatio legis será de três meses após a publicação. Esse cuidado se deve ao fato de que, fora do território nacional, a divulgação e o conhecimento da norma podem levar mais tempo.

Em determinados casos, o legislador pode determinar que uma lei entre em vigor imediatamente após sua publicação. Isso ocorre geralmente em situações de urgência, em que o interesse público exige a aplicação imediata da norma.

b) Cessação da Eficácia

As leis deixam de produzir efeitos quando são expressamente revogadas por outra norma ou quando atingem o fim de sua vigência. A revogação de uma lei pode ser:

- **Total (ab-rogac  o):** Quando toda a norma é substituída ou eliminada.
- **Parcial (derrogação):** Quando apenas parte da norma é revogada por outra lei.

O art. 2º da LINDB estabelece que a revogação pode ocorrer de forma expressa, quando a nova lei menciona que está revogando uma norma anterior, ou de forma tácita, quando a nova norma regula inteiramente a matéria anteriormente tratada, tornando a norma anterior incompatível.

A cessac  o da eficácia de uma lei pode ocorrer também pelo advento de um prazo de vigência previamente estabelecido, especialmente em normas temporárias, ou pela superação de seu objeto, quando a norma atinge seus objetivos ou as condições que justificavam sua aplicação deixam de existir.

c) Princípio da Continuidade das Leis

Em regra, as leis continuam em vigor até que sejam formalmente revogadas ou atingidas por outras causas que determinam o fim de sua eficácia. Esse princípio garante a estabilidade e a segurança jurídica, uma vez que normas vigentes continuam a produzir efeitos até que sejam formalmente substituídas ou declaradas inconstitucionais.



TEORIA GERAL DO ESTADO

Fixando-se, em largos traços, a noção de Teoria Geral do Estado, pode-se dizer que ela é uma disciplina de síntese, que sistematiza conhecimentos jurídicos, filosóficos, sociológicos, políticos, históricos, antropológicos, econômicos, psicológicos, valendo-se de tais conhecimentos para buscar o aperfeiçoamento do Estado, concebendo-o ao mesmo tempo, como um fato social e uma ordem, que procura atingir os seus fins com eficácia e com justiça¹.

Esta disciplina, como tal, é realmente nova, só aparecendo nos fins do século XIX. Entretanto, já na antiguidade greco-romana se encontram estudos que modernamente estariam no âmbito da Teoria Geral do Estado, como ocorre com escritos de, entre outros, Platão, Aristóteles e Cícero, aos quais, evidentemente, falta o rigor exigido pelas modernas concepções científicas.

Não há, nesses escritos, uma separação nítida entre a realidade observada e a realidade idealizada, havendo preocupação acentuada pela indicação da melhor forma de convivência social.

Durante a Idade Média também se encontram muitos trabalhos que, pelo menos em boa parte, podem ser considerados como situados no âmbito da Teoria Geral do Estado. Assim, por exemplo, muitos dos escritos de Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino, os quais, embora fundamentalmente opostos sob muitos aspectos, têm em comum a preocupação de justificar a ordem existente, a partir de considerações de natureza teológica.

Já no fim da Idade Média começam a surgir os primeiros sinais de reação a esse irrealismo como se verifica, por exemplo, na obra de Marsílio de Pádua, *“Defensor Pacis”*, aparecida em 1324, onde chega a ser preconizada a separação, com independência recíproca, da Igreja e do Estado.

A grande revolução nos estudos políticos, com o abandono dos fundamentos teológicos e a busca de generalizações a partir da própria realidade, ocorre com Maquiavel, no início do século XVI.

Sem ignorar os valores humanos, inclusive os valores morais e religiosos, o notável florentino faz uma observação aguda de tudo quanto ocorria na sua época em termos de organização e atuação do Estado. Ao mesmo passo em que observa e vive, como Secretário da República de Florença, a intimidade dos fenômenos políticos, Maquiavel, dotado de vasta cultura histórica, também procede a comparações no tempo.

Dessa forma, conjugando fatos de épocas diversas, chega a generalizações universais, criando assim a possibilidade de uma ciência política.

Um excelente estudo sobre Maquiavel, suas ideias fundamentais e suas inovações metodológicas, foi publicado por Lauro Escorel, intitulado *Introdução ao Pensamento Político de Maquiavel* (Rio de Janeiro, Organização Simões Editora, 1958). Por vários motivos, sobretudo por considerações interesseiras e imediatistas dos que não desejavam que fossem claramente revelados os verdadeiros fundamentos do poder a obra notável de Maquiavel sofreu restrições e deturpações durante vários séculos, sendo objeto, por isso, de apreciações apaixonadas, que prejudicaram a análise objetiva de sua contribuição.

Hoje, entretanto, sobretudo na Itália, já se estuda seriamente a obra maquiaveliana, havendo um reconhecimento generalizado de sua extraordinária importância, uma vez que, apesar dos obstáculos e da condenação veemente, ela foi o marco inicial e de inevitável influência na colocação da exigência de enfoque objetivo dos fatos políticos.

Vieram, depois, autores como Hobbes, Montesquieu, Rousseau, influenciados pela ideia de um Direito Natural, mas procurando o fundamento desse direito, assim como da organização social do poder político, na própria natureza humana e na vida social, como verdadeiros precursores da antropologia cultural aplicada ao estudo do Estado.

¹ <https://estudeidireito.files.wordpress.com/2016/03/dalmo-de-abreu-dallari-elementos-da-teoria-geral-do-estado.pdf>



Fluência de Dados (Para Auditor Fiscal)

O grande filósofo e pai da administração moderna Peter Drucker já dizia:

“... most of our assumptions about business, technology and organizations are at least 50 years old. They have outlived their time. As a result, we are teaching and practicing policies that are increasingly at odds with reality and therefore counterproductive. “

[Peter Drucker 1998]

Devido as crescentes pressões do mercado por inovação, produtividade (prazos cada vez mais curtos), flexibilidade e melhoria no desempenho/qualidade dos projetos de desenvolvimento de SW, houve o surgimento dos métodos ágeis.

O ágil surgiu dado a necessidade de melhorarmos a forma como estamos desenvolvendo SW e nosso foco principal é satisfazer o cliente.

Uma coisa é fato, nós da área de TI estamos errando e errando muito.

Apenas 32% dos projetos entregues são considerados sucesso. 24% são puro fracasso (cancelados, ou engavetados - nunca colocados em produção ou utilizados pelo cliente), 44% são desafiados (sofreram atrasos, estouraram o budget, não atendem as necessidades, estão cheios de defeitos).

	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2009
Successful	16%	27%	26%	28%	34%	29%	35%	32%
Challenged	53%	33%	46%	49%	51%	53%	46%	44%
Failed	31%	40%	28%	23%	15%	18%	19%	24%

1

E o resultado consegue ser ainda pior, pois para os projetos considerados sucesso, apenas 20% da funcionalidade do SW é realmente útil.

É claro que a falha na execução de um projeto deve ser investigada e a causa pode ser dada decorrente de diversos motivos, mas de maneira geral esses erros ocorrem porque muitas vezes ao iniciar um projeto fazemos as seguintes suposições:

- Os requisitos são 100% conhecidos no início do projeto e foram levantados e minuciosamente detalhados.
- O desenvolvedor sabe como construir;
- Nada irá mudar ao longo do caminho.

Porém existem 3 coisas com as quais temos que conviver na época em que vivemos hoje onde os Software que produzimos estão ficando cada vez mais complexos:

- O cliente descobre o que ele realmente quer, ou seja, é puro desperdício (tempo e esforço) detalhar minuciosamente os requisitos no início do projeto e escrevê-los sobre pedra. Muitas vezes os requisitos mudam mas não necessariamente porque o cliente quer, mas porque a necessidade exige, porque o mercado exige.

“Um processo rígido ou resistente a mudanças produz produtos medíocres. Os clientes podem até receber o que eles solicitaram primeiramente, mas é esse o produto que eles realmente querem logo quando eles o recebem? Coletando todos os requisitos no início e escrevendo-os sobre pedra, o produto é condenado a ser tão bom quanto a idéia inicial, ao invés de ser o melhor uma vez que as pessoas aprendem ou descobrem como fazer melhor.” [Jeff Sutherland]

- Os desenvolvedores descobrem como construir - ideias, novas tecnologias e opções surgem no decorrer do projeto. Desta forma uma nova ideia não deveria ser mau vista pela equipe/gestor.



Fluência de Dados (Para Fiscal de Receitas)

Prezado Candidato, o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Fluência de Dados (Para Auditor Fiscal)



BUSINESS INTELLIGENCE (BI): Business Intelligence; Processo de coleta, organização, análise e compartilhamento de informações; Ferramentas de criação de dashboards: Power BI; Elaboração de relatórios analíticos; Processo de descoberta de informações (coleta, transformação, análise, visualização, decisão); Indicadores e métricas (KPI – Key Performance Indicators, métricas financeiras e fiscais)

Prezado Candidato, o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Fluência de Dados (Para Auditor Fiscal)



Inteligência Artificial - Inteligência artificial e aprendizado de máquina (IA/ML): Modelos preditivos (supervisionados) e descritivos (não supervisionados); Avaliação de modelos: overfitting, métricas (precisão, recall, F1-score, ROC)

Prezado Candidato, o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Fluência de Dados (Para Auditor Fiscal)



Internet Das Coisas (IoT) - Conceitos fundamentais de IoT; Arquitetura e componentes de sistemas IoT (sensores, atuadores, gateways, nuvem); Segurança e privacidade em ambientes conectados; Aplicações de IoT em mobilidade urbana e monitoramento de frota

A Internet das Coisas, amplamente conhecida pela sigla **IoT** (*Internet of Things*), refere-se a uma vasta rede de objetos físicos incorporados com sensores, software e outras tecnologias com o objetivo de conectar e trocar dados com outros dispositivos e sistemas pela internet.

Diferente da computação tradicional, que dependia majoritariamente da interação humana (como um usuário digitando em um computador ou celular), a IoT caracteriza-se pela comunicação **M2M** (*Machine-to-Machine*). Nesse cenário, os “objetos” tornam-se agentes ativos, capazes de perceber o ambiente ao seu redor, processar informações básicas e transmitir relatórios de estado em tempo real, criando uma ponte invisível, porém onipresente, entre o mundo físico e o digital.

A evolução da IoT não ocorreu de forma isolada, mas sim como o resultado da convergência de várias tecnologias que se tornaram acessíveis simultaneamente. Para que um ecossistema de IoT seja viável, três pilares técnicos fundamentais precisam coexistir:



► Conceito

De início, convém ressaltar que o estudo desse ramo do Direito, denota a distinção entre o Direito Administrativo, bem como entre as normas e princípios que nele se inserem.

No entanto, o Direito Administrativo, como sistema jurídico de normas e princípios, somente veio a surgir com a instituição do Estado de Direito, no momento em que o Poder criador do direito passou também a respeitá-lo. Tal fenômeno teve sua origem com os movimentos constitucionalistas, cujo início se deu no final do século XVIII. Por meio do novo sistema, o Estado passou a ter órgãos específicos para o exercício da Administração Pública e, por isso, foi necessário a desenvoltura do quadro normativo disciplinante das relações internas da Administração, bem como das relações entre esta e os administrados. Assim sendo, pode considerar-se que foi a partir do século XIX que o mundo jurídico abriu os olhos para a existência do Direito Administrativo.

Destaca-se ainda, que o Direito Administrativo foi formado a partir da teoria da separação dos poderes desenvolvida por Montesquieu, *L'Esprit des Lois*, 1748, e acolhida de forma universal pelos Estados de Direito. Até esse momento, o absolutismo reinante e a junção de todos os poderes governamentais nas mãos do Soberano não permitiam o desenvolvimento de quaisquer teorias que visassem a reconhecer direitos aos súditos, e que se opusessem às ordens do Príncipe. Prevalecia o domínio operante da vontade onipotente do Monarca.

Conceituar com precisão o Direito Administrativo é tarefa difícil, uma vez que o mesmo é marcado por divergências doutrinárias, o que ocorre pelo fato de cada autor evidenciar os critérios que considera essenciais para a construção da definição mais apropriada para o termo jurídico apropriado.

De antemão, ao entrar no fundamento de algumas definições do Direito Administrativo,

Considera-se importante denotar que o Estado desempenha três funções essenciais. São elas: **Legislativa**, **Administrativa** e **Jurisdicional**.

Pondera-se que os poderes **Legislativo**, **Executivo** e **Judiciário** são independentes, porém, em tese, harmônicos entre si. Os poderes foram criados para desempenhar as funções do Estado. Desta forma, verifica-se o seguinte:

Funções do Estado:

- Legislativa
- Administrativa
- Jurisdicional

Poderes criados para desenvolver as funções do estado:

- Legislativo
- Executivo
- Judiciário



A Lei Penal desempenha um papel fundamental na manutenção da ordem social e na proteção dos direitos fundamentais dos indivíduos. Seu objetivo é definir quais condutas são consideradas criminosas e estabelecer as respectivas sanções para quem as pratica. No entanto, a aplicação da Lei Penal não é uma tarefa simples, pois envolve uma série de princípios e regras que garantem a justiça e a segurança jurídica.

Entre os aspectos mais importantes estão as características da Lei Penal no tempo e no espaço, que determinam como e quando uma lei pode ser aplicada a uma determinada conduta. Compreender esses conceitos é essencial para a correta interpretação e aplicação das normas penais, evitando injustiças e garantindo a legalidade em todo o processo penal. Este estudo explora as principais características da Lei Penal, com ênfase em sua aplicação temporal e espacial, abordando também as exceções e os conflitos normativos que podem surgir nesse contexto.

LEI PENAL NO TEMPO

A aplicação da Lei Penal ao longo do tempo é regida por princípios que visam assegurar a justiça e a previsibilidade das normas jurídicas. Dentre esses princípios, destacam-se a teoria da atividade, o princípio da legalidade e os conceitos de retroatividade e ultra-atividade das leis penais.

► Observações Iniciais

A teoria da atividade, prevista no Art. 4º do Código Penal, determina que o crime é considerado praticado no momento da ação ou omissão, independentemente do momento em que o resultado ocorra. Isso significa que, para fins penais, o que importa é o momento da conduta do agente, e não quando as consequências dessa conduta se manifestam.

O princípio da legalidade estabelece que somente uma lei anterior pode definir infrações penais e estipular penas. Esse princípio é essencial para garantir que ninguém seja punido por um ato que não estava expressamente tipificado como crime no momento de sua prática. Dentro do princípio da legalidade, encontramos dois desdobramentos importantes:

- **Reserva Legal:** Apenas uma lei em sentido estrito, ou seja, uma lei formalmente aprovada pelo legislativo, pode criminalizar condutas e estabelecer penalidades.
- **Anterioridade da Lei Penal:** Uma lei penal só pode ser aplicada a uma conduta se esta for praticada durante a vigência dessa lei. Por exemplo, se uma lei que criminaliza uma determinada conduta entra em vigor amanhã, não se pode processar alguém por ter praticado essa conduta hoje, enquanto a lei ainda não estava em vigor.

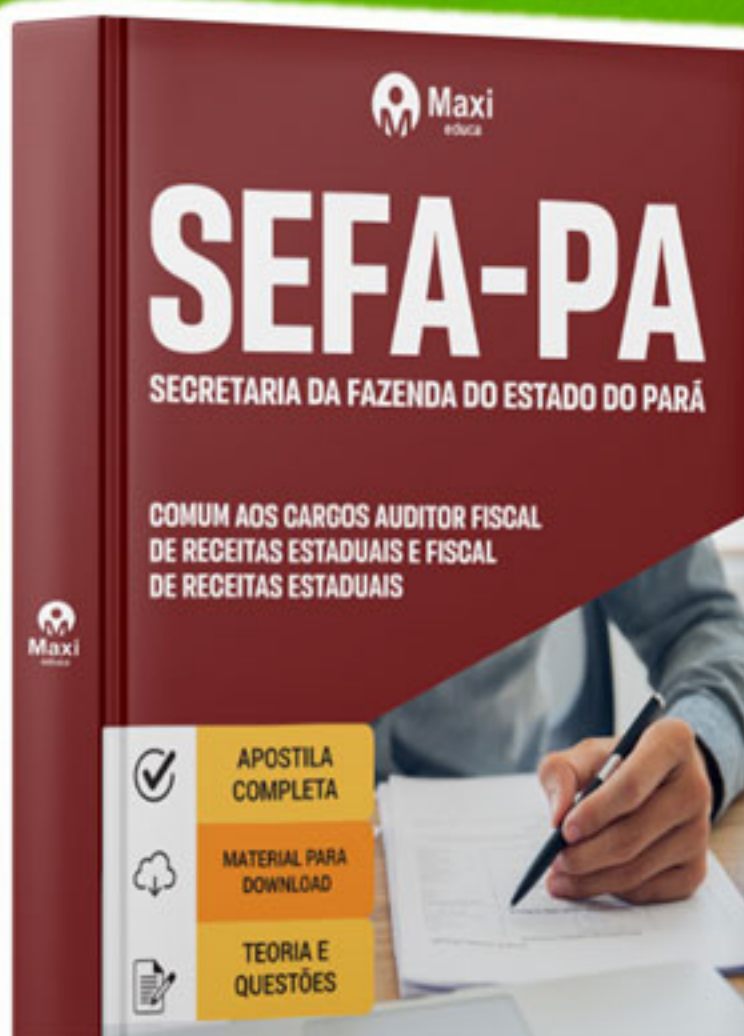
► Sucessão de Leis Penais no Tempo

A atividade da lei penal, distinta da teoria da atividade, determina que a lei penal se aplica apenas enquanto está em vigor. Isso implica que a lei penal regula apenas os fatos ocorridos durante sua vigência, não retroagindo para alcançar atos cometidos anteriormente, salvo em benefício do réu.

► Exceções à Atividade da Lei Penal (Retroatividade e Ultra-atividade)

Há exceções ao princípio da atividade da lei penal, conhecidas como extratividade da lei penal, que incluem a retroatividade e a ultra-atividade das leis penais:

- **Retroatividade:** Refere-se à aplicação de uma lei penal mais benéfica a fatos ocorridos antes de sua entrada em vigor. Esse princípio visa proteger os direitos do réu, aplicando-lhe a legislação mais favorável, mesmo que os atos tenham sido praticados sob uma lei mais severa.



GOSTOU DESSE **MATERIAL?**

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!